

pedido de liberação dos honorários em nome do patrono habilitado, uma vez que o contrato acostado aos autos se refere ao escritório, conforme fls. 128/133.

Após, expeça-se o competente alvará, nos termos do referido contrato.

Publique-se.

Recife, 19/12/2011

Des. **José Fernandes** de Lemos

Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2011

CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

O DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Concurso Público destinado ao provimento de cargos vagos e à formação de cadastro reserva para cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal, regido pelo Edital de Abertura de Inscrições publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Pernambuco, Edição nº 184/2011, de 04/10/2011, CONVOCA os candidatos inscritos a prestarem as Provas de acordo com as seguintes orientações:

I - DATA, HORÁRIOS, DURAÇÃO DAS PROVAS E NÚMERO DE QUESTÕES

Data: 15/01/2012 (Domingo)

PERÍODO: MANHÃ (Horário Local)

Horário de Apresentação: 8h

Horário de Fechamento dos Portões: 08h30min

Permanência mínima de 1 hora

Cargo: Técnico Judiciário/TPJ - Especialidade - Judiciária e Administrativa, Técnico Judiciário/TPJ - Especialidade - Programador de Computador, Técnico Judiciário/TPJ - Especialidade - Suporte Técnico, Técnico Judiciário/TPJ - Especialidade - Técnico em Enfermagem e **Oficial de Justiça - OPJ** - Especialidade - Judiciária e Administrativa.

Prova Objetiva

Nº de questões: 60

Duração da Prova: 3 horas

PERÍODO: TARDE (Horário Local)

Horário de Apresentação: 13h30

Horário de Fechamento dos Portões: 14h

Permanência mínima de 1 hora

Cargos: Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Judiciária e Administrativa, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Educador Físico, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Assistente Social, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Psicólogo, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Pedagogo, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Bibliotecário, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Fisioterapeuta, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Nutricionista, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Analista de Sistemas, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Analista de Suporte, Judiciário/APJ - Especialidade - Odontólogo, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Cardiologista, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Clínico Geral, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Ginecologista, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Neurologista, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Psiquiatra, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Reumatologista, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Traumatologista, Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Médico Oftalmologista, Analista e Analista Judiciário/APJ - Especialidade - Contador.

Prova Objetiva

Nº de questões: 60

Duração da Prova: 3 horas

II - LOCAIS DE PROVAS

1. As Provas Objetivas serão realizadas nas Cidades constantes do Anexo I do Edital de Abertura de Inscrições, de acordo com a opção de Polo de Classificação feita pelo candidato no ato da Inscrição.
- 1.1 Em razão da quantidade de candidatos inscritos para os Polos de Classificação 01 e 02, cidade de realização de Prova Recife-PE, e da ausência de locais de prova adequados para todos os inscritos nesta cidade e, de acordo com o item 1.3 do Capítulo VII do Edital de Abertura de Inscrições, os candidatos que no ato da inscrição indicaram endereço de residência na Cidade Olinda/PE realizarão prova em Olinda/PE.
 - 1.1.1 A alteração refere-se exclusivamente à cidade de realização de prova, em virtude da cidade de Recife não comportar adequadamente a todos os candidatos. A opção de Polo de Classificação de todos os inscritos permanece inalterada.
2. Os candidatos deverão apresentar-se de acordo com os dados constantes no Cartão Informativo, enviado por e-mail e disponibilizado no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br).
- 2.1 Ao candidato só será permitida a realização das provas no respectivo local, data e horários constantes do Cartão Informativo e do site www.concursosfcc.com.br.
3. Não serão encaminhados Cartões Informativos a candidatos cujo endereço eletrônico informado no Formulário de Inscrição esteja incompleto ou incorreto.
- 3.1 A Fundação Carlos Chagas e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco não se responsabilizam por informações incorretas, incompletas, falha na entrega de mensagens eletrônicas causada por endereço eletrônico incorreto ou por problemas no provedor de acesso do candidato, tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros *anti-spam*, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o *site* www.concursosfcc.com.br da Fundação Carlos Chagas para verificar as informações que lhe são pertinentes.
4. O candidato que não receber o Cartão Informativo até o 3º (terceiro) dia que antecede a aplicação das provas ou que tiver dúvidas quanto ao local, data e horário de realização das provas, deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da Fundação Carlos Chagas, pelo telefone (0XX11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10:00 às 16:00 horas (horário de Brasília) ou consultar o *site* da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br).
- 4.1 A comunicação feita por e-mail é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar por meio do Diário da Justiça Eletrônico e do *site* da Fundação Carlos Chagas a divulgação do Edital de Convocação para realização das provas.
5. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de provas estabelecidos no Edital de Convocação, a Fundação Carlos Chagas procederá a inclusão do candidato desde que apresente o boleto bancário com comprovação de pagamento, mediante preenchimento de formulário específico.
- 5.1 A inclusão de que trata o item 5 será realizada de forma condicional e será analisada pela Fundação Carlos Chagas, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
- 5.2 Constatada a improcedência da inscrição, de que trata o item 5, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
6. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas.
- 6.1 O candidato não poderá alegar desconhecimentos quaisquer sobre a realização das provas como justificativa de sua ausência.
- 6.2 O não comparecimento a qualquer uma das provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.
7. Eventuais erros de digitação verificados no Cartão Informativo enviado ao candidato, ou erros observados nos documentos impressos, entregues ao candidato no dia da realização das provas, quanto a nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos por meio do site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), de acordo com as instruções constantes da página do Concurso, até o terceiro dia útil após a aplicação das Provas.
- 7.1 O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item 7, deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
8. Caso haja inexatidão na informação relativa ao Cargo/Especialidade/Polo de Classificação/Cidade de Realização de Prova e/ou à condição de portador de deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da Fundação Carlos Chagas, pelo telefone (0XX11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10:00 às 16:00 horas (horário de Brasília) com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da prova.
- 8.1 Não será admitida troca de opção de Cargo/Especialidade/Polo de Classificação e/ou Cidade de Realização de Prova.
- 8.2 O candidato que não entrar em contato com o SAC da Fundação Carlos Chagas no prazo mencionado será o exclusivo responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

III - IDENTIFICAÇÃO

1. Somente será admitido à sala de prova o candidato que estiver portando documento de identidade original, com foto, que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas por Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal valem como documento de identidade, a exemplo das carteiras da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).
- 1.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
- 1.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido em órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário específico.

- 1.3 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia e à assinatura ou esteja em má condição de conservação.
2. Objetivando garantir a lisura, a autenticidade, a idoneidade do Concurso Público e zelando pelo interesse público e, em especial, dos candidatos, será solicitado, quando da aplicação das provas, a autenticação digital do candidato na Folha de Respostas.
- 2.1 Se, por qualquer motivo, não for possível a autenticação digital, o candidato deverá apor sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

IV - MATERIAL

1. Todos os candidatos deverão levar caneta esferográfica de tinta preta, lápis preto n. 2 e borracha.
2. Os deficientes visuais (cegos) deverão levar, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de *soroban*.
3. Os pertences pessoais dos candidatos, tais como: relógios digitais, óculos escuros, equipamentos eletrônicos como os indicados nas alíneas "l" e "m" do item 16 do Capítulo VII do Edital de Abertura de Inscrições, deverão ser lacrados antes do início das provas, utilizando embalagem específica, a ser fornecida pela Fundação Carlos Chagas exclusivamente para tal fim.
- 3.1 Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados pelo candidato, antes de serem embalados.
- 3.2 Os pertences pessoais do candidato serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos no local de prova. A Fundação Carlos Chagas não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorrido no local de realização das provas, nem por danos neles causados.
4. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer embalados e desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.

V - OUTRAS DISPOSIÇÕES

1. O candidato deverá consultar o [site www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br) da Fundação Carlos Chagas no primeiro dia útil subsequente à aplicação da prova, para tomar conhecimento da(s) data(s) prevista(s) para divulgação das questões, dos gabaritos e/ou dos resultados.
2. Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.
3. Por medida de segurança, os candidatos deverão manter as orelhas visíveis à observação dos fiscais de sala durante a prova.
4. Na Prova Objetiva serão fornecidos Caderno de Questões e Folha de Respostas, personalizados com os dados do candidato, para aposição da assinatura em campo específico e transcrição das respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- 4.1 O candidato deverá conferir os seus dados cadastrais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- 4.2 O candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas personalizada, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões personalizado. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 4.3 Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
5. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos não serão fornecidos exemplares dos Cadernos de Questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público.

Recife/PE, 19 de dezembro de 2011.

JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Desembargador Presidente

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU OS SEGUINTE DESPACHOS:

Processo: 9909741-9 Precatório Alimentar

Protocolo: 2006.00109234

Comarca: Recife

Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública

Ação Originária: 97/0005580-4 - Execução

Autor: Abraão José de Souza

Autor: Adão Valdevino Silva

Autor: Adeilda Alvarenga Peixoto

Autor: Ademilde Tavares de Lima